

Do Contexto Político das Literaturas: Mercado Global, Nação, Império

GIORGIO SINEDINO*

RESUMO: O fenómeno da *World Literature* inverte a lógica das literaturas nacionais ocidentais, afirmando o inglês como língua franca, mediadora entre diversas tradições literárias. Isso relativiza a tradição ocidental pela existência de um “mercado” supostamente “transcultural” que se lhe sobrepõe, enquanto a deslegitima como “eurocêntrica” e “imperialista”. Porém, na experiência global comparada, o conceito de “império” é mais correctamente aplicado às ordens políticas milenares do Oriente, por definição multiétnicas e multilinguísticas, mas organizadas sob um cânone oficial. Embora a experiência ocidental seja dinâmica, tendo vivenciado hegemonias políticas e culturais, a realidade histórica sempre foi a de uma pluralidade de focos culturais e linguísticos autónomos.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização; Impérios orientais; *World Literature*; Cânone nacionais.

Para os europeus do século XIX, vigia como dogma a opinião de que China era um império estático, cuja cultura conservadora havia mantido viva a autoridade de Confúcio sobre sociedade, política e economia ao longo de mais de dois milénios. Nos nossos dias parece formar-se um novo dogma, que postula, contrariamente, que a China foi um continente dinâmico cujas transformações devem ser medidas não

pelos padrões ocidentais de transformação política e tecnológica nos séculos XV a XX, mas pela experiência histórica, local e regional. Entre as duas críticas, vemos o conflito de paradigmas intelectuais, nomeadamente o que hoje se chama “preconceito europocêntrico” e outro, que cada vez mais se afigura como um “preconceito globalista”. Confrontados com os diferentes cânones que fundamentam a visão globalista da visão sinocêntrica, vale a pena propormos um pano de fundo crítico para a sua leitura: qual o contexto político da literatura chinesa? Tendo em conta que o texto a seguir já nos oferece a visão local, aproveitamos o ensejo para delinear a experiência europeia como referencial externo.

I. MERCADO GLOBAL¹

Depois de décadas de Globalização, parece despropositado questionarmos a possibilidade de que literaturas de diversas línguas possam ser conciliadas sob um único conceito. De facto, não se pode negar

* Mestre em História das Ideias pelo Departamento de Filosofia e Religião da Universidade de Pequim e Doutor em História da Religião Chinesa na Academia de Filosofia da Universidade Renmin da China. Publicou traduções comentadas dos *Analectos* (2012) e do *Tao Te Ching* (2016) pela Editora da Universidade Estadual Paulista. O seu novo trabalho, uma edição comentada de *Os Ensaios do Mestre Zhuang*, está previsto para 2022. Realiza transmissões semanais sobre história das ideias chinesas na China Radio International e ensina tradução chinês-português no Instituto Politécnico de Macau.

M.A. in History of Ideas, Peking University (Department of Philosophy and Religion) and Ph.D. in History of Chinese Religion, Renmin University (Academy of Philosophy). Giorgio Sinedino has published commented translations of the Analects (2012) and Tao Te Ching (2016) through Unesp Publishing House. His new book, a commented edition of The Essays of Master Zhuang will be released in 2022. He holds weekly broadcasts about the history of Chinese ideas at China Radio International and teaches Chinese-Portuguese translation at Macao Polytechnic Institute.

VERITAS



CELESTINUS
PELAGIUS
JULIANUS

AS DIMENSÕES DO CÂNONE

que, actualmente, existe uma noção ampla de *World Literature*, um fenómeno que desafia as mesmas barreiras linguístico-culturais as quais, outrora, haviam sido cuidadosamente cultivadas na Europa, rendendo como fruto as literaturas e cânones literários nacionais. Diferentemente destes, a *World Literature* parece brotar da dinâmica económica global: é uma indústria cultural de escopo planetário, um derivado dos mercados transnacionais de bens e serviços, potencializados pela revolução das comunicações e abertura das fronteiras vivenciadas no período pós-1990.

Em primeiro lugar, a *World Literature* exige um público leitor de escala “planetária” podendo, ao mesmo tempo, prescindir de um público escritor global; diferentemente das velhas literaturas de uma comunidade linguística fechada, a demanda de quem lê tem peso maior do que a oferta dos que escrevem. Mais decisivo do que o “consumidor final”, porém, são as instituições que actuam como os grandes “empreendedores”, criando e moldando gostos, ou seja, os padrões de consumo que viabilizam a escala das suas operações. Como toda a indústria cultural, há empresas como as editoras e os diversos tipos de *media* que se envolvem em actividades de *branding*, seja “abrindo novos mercados”, seja “desenvolvendo novos produtos”. Nisso se incluem também as universidades, os investigadores e as instâncias que premeiam os grandes literatos, os quais não são motivados por um mero interesse intelectual ou artístico, mas por serem também *stakeholders* na empreitada de criar e divulgar “estrelas” e produtos literários. Dessa confluência de interesses, o que formata instituições é a capacidade de produzir marcas e garantir benefícios económicos. Os escritores, antes o cerne do fenómeno literário numa comunidade linguística “fechada”, parecem hoje ser mais contingenciais ao poder do *branding* do que à sua capacidade de realizar contribuições para a história literária. Não é necessário dizer que, como toda a indústria cultural, são inevitáveis os *tradeoffs* entre valor artístico e a necessidade de continuar a expandir marcas e abrindo mercados. Identifica-se o

interessante paradoxo de que ao buscarem um público leitor ilimitado, os autores sacrificam ainda mais a sua liberdade intelectual e ideológica. A razão, não é de se estranhar, é que os seus textos precisam de apelar para um grupo ainda mais restrito do que os patronos que poderiam ter buscado no contexto mais restrito da sua nação.

Ao indicarmos a importância do factor económico para a *World Literature*, não podemos de maneira alguma ignorar o sistema de valores e de narrativas que legitimam — e viabilizam — essa indústria cultural. Na verdade, há uma estreita afinidade entre as indústrias culturais planetárias e o ideário de grupos defensores da Globalização. A isso somam-se os delatores dos crimes do colonialismo, relativistas culturais e activistas defensores das minorias. Dessa improvável comunhão de interesses, derivam ataques à centralidade da experiência intelectual europeia na formação do cânone moderno e também um impulso de tentar construir uma ou várias “tradições” alternativas, normalmente uma colcha de retalhos sem sentido orgânico². Além disso, a *World Literature* não é um construto espontâneo, expressão de alguma comunidade internacional: há uma clara orientação política, exercida por grupos de interesse. Desta maneira, as “identidades” são vistas como a panaceia do “Colonialismo” e “Imperialismo” que viciam a contribuição seminal da Europa. É nessa conjuntura que se deve reconhecer a cooperação entre “empresários”, “consumidores” e “activistas” para a consolidação da *World Literature*, seja como “cena”, “nicho” ou “*field*” — definições que, no fim de contas, se revelam mutuamente complementares.

Para além de denegar a centralidade da experiência intelectual europeia e tentar reunir, “sem juízos de valor”, tradições literárias heterogéneas sob um único conceito, cabe à agenda política e ideológica da *World Literature* administrar as tensões e conflitos inerentes à diversidade que advoga. Há um grande número de problemas que requerem atenção imediata. O primeiro deles diz respeito ao papel da tradição europeia, que, acredito, é a única que pode sustentar o projecto da *World Literature*: de factor central, deve ela tornar-se

THE DIMENSIONS OF THE CANON



O Ocidente e os seus “clássicos”: Dante (1265–1321). <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dante-alighieri.jpg>

uma *prima inter pares* ou ser submetida à “justiça” de ser posta lado a lado com outras tradições “representativas”? Em segundo lugar, sabendo-se que toda a cultura se define e se afirma negativamente em relação às outras, como utilizar o ideal “ecuménico” da *World Literature* para resolver os conflitos interculturais ínsitos ao projecto globalista? Terceiro, como evolui o cânone da alta literatura, nessa perspectiva comparada; segundo as direcções de cada ramo, ou conforme uma linha estética geral? No fundo, esses problemas “existenciais” somente podem ser resolvidos por questões práticas, não menos importantes: Quais os critérios, a “teoria” que aplica para comparar essa literatura? Quem é que define o que é uma boa obra? Em que língua(s) lê? Como se dá o processo de negociação entre as diversas línguas (o que é uma boa tradução? Qual o texto autorizado?)? Embora o ideário da *World Literature* seja capaz de delimitar alguns princípios programáticos gerais e que haja muita

propaganda reforçando os “pressupostos morais” do debate, percebemos que no fim é o “mercado” — a própria indústria cultural globalizada — que dará a última palavra.

Quem hoje seria capaz de negar que existe uma hierarquia literária cujo efeito prático é atribuir um estatuto para idiomas e culturas — justamente o que fizeram o Colonialismo e Imperialismos europeus, o “pecado original” da cultura global? Tem razão, por conseguinte, quem vê uma distorção estrutural na *World Literature*. Formalmente, vigora o princípio programático de “Diversidade”, isto é, de “igualdade cultural e respeito pelas diferenças”. Tal diversidade, contudo, precisa de ser mediada por *um idioma*, senão inexistente comparabilidade. Logo, enquanto o inglês se instituiu como língua franca, o seu novo estatuto criou-lhe um interessante paradoxo. Por um lado, como cordão umbilical ao Velho Mundo, a antiga tradição literária de língua inglesa adquiriu uma relevância desproporcional ao papel que tivera na formação do cânone ocidental, isto é, europeu. Desta forma, hoje vemos uma influência para todos os efeitos desproporcional do gosto e do estilo, tal como ditados pela norma da língua inglesa³. Por outro lado, já que a sua legitimidade depende da “objectividade” e “neutralidade” do “mercado”, a influência do inglês não se manifesta especificamente como domínio de uma cultura “nacional”. Quanto mais central o papel da língua inglesa nos nossos dias — o mesmo ocorre também nas outras indústrias culturais — maior a pressão para que a cultura subjacente à língua inglesa se transmute para corresponder à retórica anti-estatal dos “mercados”.

Assim, num momento de expansão global das indústrias culturais norte-americanas, a língua inglesa incorpora um viés de “diversidade” cuja maior vítima, curiosamente, é a sua raiz europeia. O debate público actual deixa patente que há uma rejeição cada vez mais intensa dos elementos étnicos, éticos e religiosos que antes integravam e distinguiam a língua inglesa no quadro das tradições literárias do Velho Mundo. Isso a despeito de que a ideologia da “diversidade” em última instância seja herdeira directa da experiência

AS DIMENSÕES DO CÂNONE



O Ocidente e os seus “clássicos”: Rousseau (1712–1778).
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Allan_Ramsay_-_Jean-Jacques_Rousseau_%281712_-_1778%29_-_Google_Art_Project.jpg

histórica ocidental. Nesse paradoxo, como evolui a *World Literature*? Continuará ela a ser um fenómeno de demanda, recolhendo com oportunismo os frutos de culturas e línguas particulares, ou evoluirá para uma comunidade de escritores–tradutores–leitores “cosmopolitas”, signatários de valores e praticantes de uma estética “global”? Nem uma língua franca, nem um reforço do papel do tradutor enquanto “mediador cultural” são capazes de oferecer uma resposta satisfatória para esses problemas.

II. NAÇÃO

Antes de o inglês se tornar a língua literária de referência no século XX, o francês exercera uma atracção irresistível sobre as diferentes literaturas “mundiais” (i.e. europeias)⁴. Reconhecida a semelhança, uma comparação preliminar entre o papel actual da língua inglesa em relação à *World Literature* com a preeminência das letras francesas

para a alta cultura durante o século XIX na Europa, sugere dois tipos profundamente diferentes de processos literários. Podemos tomar como exemplo a cena inicial de *Guerra e Paz* para ilustrar como o prestígio da cultura francesa de modo algum conseguiu sacramentar interesses políticos e económicos, quanto mais moldar identidades, as quais permaneciam “ascritivamente” delimitadas pela história e língua de cada país. Eis algo que podemos diferenciar ao *soft power* das indústrias culturais globalizadas dos EUA e o seu efeito de criar comunidades mediante “escolha” ou, dito de uma maneira mais crítica, nichos de consumo.

É sintomático que na corte do rei francês e nos salões dos *philosophes* inexistisse qualquer indício de uma agenda de “diversidade cultural”, de cujos moldes a *World Literature* hodierna depende para existir. A comparação em si não é absurda, pois um dos temas subjacentes ao Iluminismo era a constante busca de valores ecuménicos, *vide* o Cosmopolitismo kantiano ou da verdadeira obsessão, de origem bíblica, com a língua universal. Adicionalmente, também percebemos uma certa abertura às experiências estrangeiras, o que se pode constatar não apenas pelo intenso trabalho missionário cristão, mas também pelos projectos de tradução e explicação cultural do famigerado Orientalismo e da (menos) famigerada Sinologia. Ademais, deve-se ressaltar que o interesse “antropológico” encontrado, continuamente, em pensadores Europeus desde a Antiguidade clássica, não parece ter correspondência em outras culturas. Mesmo diante destes factos, não nos parece ser possível, retrospectivamente, que a Europa tivesse podido cristalizar uma ideologia similar à da “Diversidade” propalada nos nossos dias, já que tudo o que se produziu literariamente, do Renascimento até à *Belle Époque* se tratava de um fenómeno em última instância exclusivamente europeu, fruto das raízes greco-romanas e cristãs — mesmo quando brotado de um enxerto “oriental”, seja obras inspiradas por diferentes culturas, seja traduções dos grandes textos não-ocidentais. Ao mesmo tempo, não pode fugir à nossa atenção que esse cosmopolitismo estava limitado, na prática, pelo facto de que a concepção de europeu

THE DIMENSIONS OF THE CANON

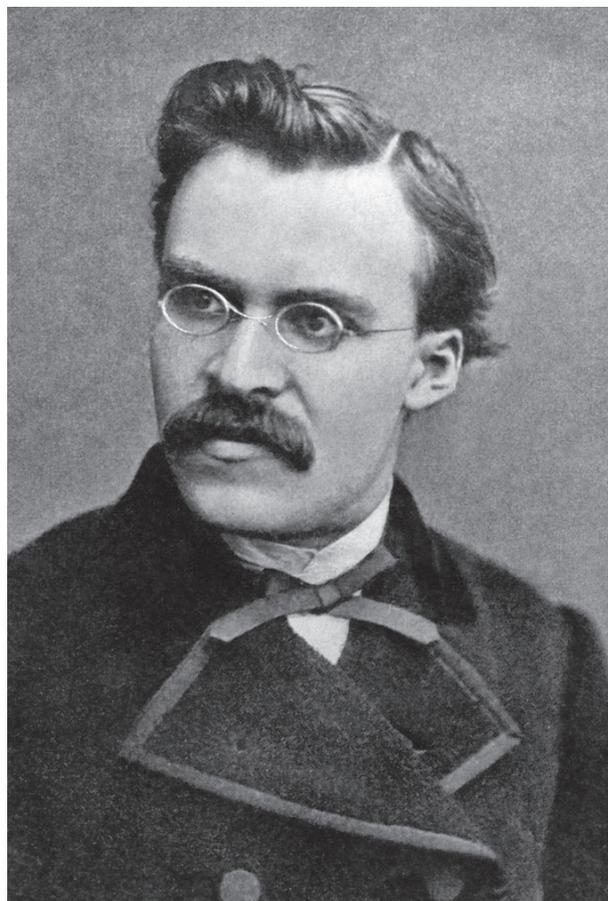
em si é híbrida, um produto incoerente de tradições nacionais a disputarem supremacia — tal como demonstram os percalços da integração nos nossos dias.

Portanto, visto de perto, o “cosmopolitismo” europeu encobre uma disputa que, não tendo produzido nenhuma supremacia duradoura, conseguiu, no entanto, dar forma a culturas e cânones locais admiráveis. Considerados os rumos da história política europeia desde o Renascimento, dessas culturas e cânones, os mais importantes são os nacionais. Como uma famosa palestra de Schleiermacher⁵ deixa claro, o fascínio e respeito que a orgulhosa cultura alemã sentia pela tradição francesa não sugeria qualquer nuance de aculturação. Nesse texto, o teólogo elogiava França por ter consolidado a primeira grande literatura nacional da Europa, mas também a criticava por ter perdido a capacidade de absorver nova vitalidade de culturas estrangeiras. No seu discurso, a maior parte dos pensamentos de Schleiermacher, dirigia-se a como utilizar a tradução de obras estrangeiras com vista a desenvolver a literatura alemã. Assim, a língua alemã poderia alçar-se à altura da tradição francesa. Trata-se de um caso precioso para nós, pois apesar de a Alemanha ser uma das principais potências culturais europeias, o seu *début* no âmbito continental foi comparativamente tardio diante de França e Inglaterra — centros que se mantiveram influentes até ao presente. Portanto, as ideias de Schleiermacher fazem-nos compreender que a(s) literatura(s) nacional(is) se desenvolvem segundo um processo diferente daquele proposto pela *World Literature*.

As identidades com prerrogativas políticas, tais como as nacionais, contrapõem-se ao ecumenismo promovido pela Globalização e legitimado pela noção de “Diversidade” — pressupostos para a *World Literature*. Nesse contexto, há a tentação de indicarmos que o pomo da discórdia é o factor, económico, da “optimização” dos mercados transfronteiriços de bens literários; conforme esse raciocínio, as literaturas nacionais restringiriam a livre circulação de obras e ideias literárias. Mas esse não parece ser o caso, uma

vez a formação de estados-nacionais não impediu o intercâmbio de bens culturais no continente europeu. De facto, parece-nos que a disseminação de cultura e artes não só se beneficiou dos saltos tecnológicos criados pela competição entre países, mas também foi capaz de produzir os chamados “estilos internacionais” na arte e uma noção consistente de “alta cultura” para o Ocidente europeu. A variedade de nações, idiomas, concepções políticas e estéticas com certeza produziram sinergias entre diferenças e consensos.

Por outro lado, vemos que o argumento economicista tem validade no que se refere às literaturas não-ocidentais. Mesmo havendo guerras e comércio, os velhos impérios do Oriente Médio, Sul e Leste da Ásia, e ainda a colecção de povos à margem de grandes



O Ocidente e os seus “clássicos”: Nietzsche (1844–1900). <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nietzsche187c.jpg>

AS DIMENSÕES DO CÂNONE

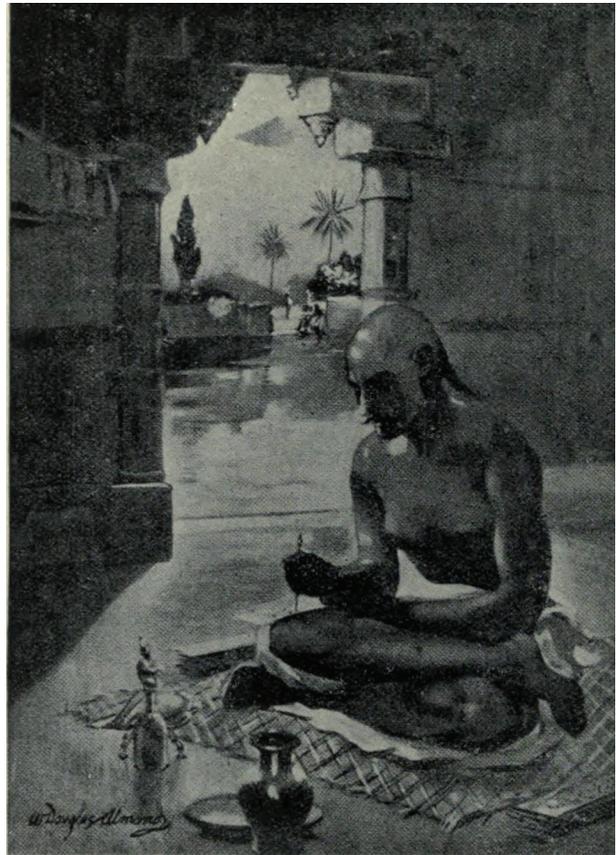
estruturas políticas e económicas, sem excepção, vivem uma situação de solipsismo cultural. Apesar de que, hoje em dia se veja com optimismo a possibilidade de articular uma narrativa “diversa” e “multipolar” que integre esses vários focos civilizacionais, nos deparamos com a barreira óbvia de que mesmo existindo uma pluralidade, étnica, regional ou linguística nos diferentes impérios históricos, não há neles um verdadeiro multiculturalismo, enquanto permaneçam apegados às suas identidades atemporais. Embora este seja um velho argumento, hoje “superado academicamente”, a evidência empírica continua a justificá-lo.

III. IMPÉRIO

Retrospectivamente, o multiculturalismo, verdadeiro objectivo da *World Literature*, somente pode ser encontrado como característica essencial da experiência ocidental ou, em última instância, da história europeia — das *Vorlesungen* de Hegel até o *Vom Ursprung und Ziel der Geschichte* de Jaspers, esse é um ponto que o historicismo alemão há séculos já propusera. Embora reconheçamos os riscos e limitações de tal premissa, somente na Europa encontramos uma situação em que um conjunto de comunidades políticas, linguisticamente tão diversas, construíram as suas identidades culturais ao longo de milénios, num contexto de intensa competição, sem nunca conseguir unificar-se sob uma única doutrina “ecuménica”. Obviamente, devemos reconhecer que elementos de coesão colaboraram para esse pluralismo, desde determinantes geográficas como relevo e clima, passando por instituições como cidades-estado, religião, leis, mercados, “ciência”. É igualmente óbvio que identidades se transformaram, parte das quais até mesmo deixaram de existir; o essencial do argumento, todavia, estabelece-se no plano comparativo. O Ocidente, a que nos referimos com tanta segurança, faz o “Oriente” parecer uma fantasmagoria.

Até à ascensão do Globalismo, quando modelos de crescimento económico e tecnológico foram exportados para além do que até então se

chamava “mundo desenvolvido”, não pairavam dúvidas sobre o facto de que “o Ocidente venceu”. Ou seja, não se questionava o facto de que a cultura ocidental tinha chegado ao século XX conquistando resultados qualitativamente superiores, em termos de desenvolvimento económico, político e social, às outras culturas. Sem entrar no mérito de qualquer teleologia histórica, parece-nos que as razões que outrora davam esteio ao sucesso do Ocidente servem pelo menos para comprovar que nada análogo ao multiculturalismo ocidental pode ser encontrado na história passada de alhures, pelo simples facto de que foi somente na Europa que diversas formas de organização política conseguiram defender-se contra o avanço daquelas entidades políticas universais a que chamamos impérios.



Impérios Orientais e os seus “clássicos”: Kālidāsa (fl. séc. V d.C.). https://en.wikipedia.org/wiki/Kalidasa#/media/File:Kalidasa_inditing_the_cloud_Messenger,_A.D._375.jpg

THE DIMENSIONS OF THE CANON

Na Ásia, inversamente, deparamo-nos com a realidade de que o império é a principal forma de organização política. Inspirados pelo desenvolvimento recente da China, há estudos que tentam desafiar a teoria do “Despotismo Oriental” de Karl Wittfogel⁶, segundo o qual os sistemas políticos não ocidentais tendiam a enrijecer-se ao longo do tempo, sufocados por um grande aparato governamental. Contudo, foi justamente devido às máquinas burocráticas que, com o passar dos séculos, os impérios orientais instituíram supremacia absoluta sobre os seus governados, com um papel decisivo na organização e gestão de grandes obras de infra-estrutura — em particular no que se refere ao manejo dos recursos hídricos. Dado o poder das autoridades de exigir corveias e de organizar a sociedade de cima para baixo, os seus súbditos careciam daquela parcela de influência sobre a coisa pública que não raro encontramos nas cidades-estado da Europa. Wittfogel desenvolve intuições de Max Weber⁷, esparsas em diversos escritos, em que justamente comparava os diferentes rumos tomados pela Europa e o Oriente. Ao invés de generalizações sobre valores e outras abstrações, Weber parte da história das instituições políticas, económicas, sociais e militares das principais “civilizações”, o que lhe permitiu sintetizar uma tipologia das possíveis formas de “dominação” e de “legitimação”.

Sob esse pressuposto, é necessário ter cautela ao utilizar o termo “imperial” para definir certas formas de Estado na história europeia. Em comparação com as civilizações orientais, desenvolvidas precipuamente como impérios, na Europa esses nunca passaram de episódios imperfeitos, por maior que tenha sido a sua influência sobre o quadro geral. Pois, os “impérios” ocidentais sempre conviveram lado a lado com outros modelos de organização social. Nunca é demais lembrar o construto platónico-aristotélico das formas de governo, descrito no diálogo *O Estadista* e nos apontamentos da *Política*, que sugere um fluxo de contínua transformação dos agregados humanos — algo, o que é importante para

nós, sem precedentes noutras culturas. Nesse ensejo, merecido reconhecimento deve ser atribuído ao papel seminal das cidades-estado para o sistema de valores ocidentais, bem como a contínua contribuição das “classes médias” para a formação do cânone cultural — dois factores que distinguem a Europa no mundo.

Isso não impede que tentemos entender a influência dos “impérios” ocidentais. Das dominações políticas a merecerem o termo, Roma em todos os sentidos foi a mais duradoura e influente. Logo à primeira vista, há claras diferenças face às experiências asiáticas. A ideologia de Octaviano, que fixou as fronteiras do “império”, põe a nu a natureza eminentemente militar e particularista de Roma. Isso diferia claramente dos impérios orientais que se deduziam como corolários de teorias cosmológicas, ecúmenos sacramentados como centros do universo. É importante referir que Roma também se distinguiu por carecer de um aparato burocrático comparável ao dos impérios, autênticos, do Oriente: o *cursus honorum* da elite política romana estava muito longe de corresponder a um verdadeiro sistema burocrático imperial, responsável pela gestão, directa ou indirecta, na teoria ou na prática, do ecúmeno. Além disso, como prova o avanço posterior do Cristianismo, a religião romana nunca conseguiu unificar o “mapa espiritual” das múltiplas comunidades religiosas em que se dividia o império, não conseguindo sequer exercer um papel difuso como o hinduísmo. Vale enfatizar, também, que embora o direito privado tenha continuado a ser um alicerce da civilização ocidental, não encontramos uma generalização equivalente do direito público — evidenciado pela diversidade de ordens políticas que brotaram do lento desfazer do “império”.

Por outro lado, a *latinitas*, o legado literário e artístico romano, merece ser revisitada como um dos aspectos mais verossimilmente “imperiais” de Roma. É fundamental investigar o estatuto de língua franca que o latim conquistou, seja através da

AS DIMENSÕES DO CÂNONE

expansão militar e demográfica, seja, também, pela difusão do ensino técnico e profissional; terceiro, e mais importante, tendo o idioma como vector, produziu-se um ambiente em que os valores estéticos e civilizacionais romanos puderam infiltrar-se por todo o território abrangido pela *pax romana*, inclusive o centro e parte do leste da Europa. Esses valores traduziam o *soft power* conquistado pelo “império”, sendo notável o magnetismo de Roma como capital das artes, ela que conjugava o fascínio de escritores de diferentes perfis étnicos, provindos de regiões periféricas. Ao alimentar um processo de contínua criação literária, as transformações sofridas pelo latim seguiram o esfacelamento do “império”, servindo como elemento coadunador, no plano intelectual, de uma grande diversidade regional que sempre existira, embora encobertas pelo manto das instituições romanas⁸. Logo, é justo que a “diversidade” humana que encontramos desde a fase imperial fosse contrabalançada por uma certa monotonia de substância, uma certa carência de “cor local” — eis o peso de todo o cânone que se universaliza num ecúmeno.

E talvez justamente por ser um aspecto “imperial” de Roma, a *latinitas* na sua etapa “globalizada” padece de males análogos aos encontrados na cultura dos impérios orientais: a abertura e diversidade humana é sopesada pela rigidez, formalismo e elitismo do cânone. As fraquezas de uma cultura que aspira a tornar-se ecuménica (“imperial”) aparecem quando nos damos conta da desproporção entre o que nos lega e a quantidade de recursos que ora teve ao seu dispor — tais como território, demografia, riquezas. Suponho que a razão deva ser estrutural, quanto maior a comunidade, menor a visibilidade de contribuições individuais. No caso de Roma, vemos que a explicação tradicional para essa baixa proficuidade nunca deixa a esfera do contingente: ou é a decadência moral da sociedade, ou a submissão das elites tradicionais ao despotismo, ou corrupção administrativa, ou

influência degradante do estrangeiro. De facto, num império, encontramos sérias restrições em termos de público e de patrocínio para as artes, em que a centralização do poder termina por ditar o gosto e o tipo de valores que podem ser admitidos numa obra. Embora naturalmente haja mudança e haja desenvolvimentos — o que é inerente ao homem e à sociedade, não é possível, entretanto, que “tradições alternativas” prosperem sem um desfaseamento radical da ordem — *vide* a influência, subterrânea, paralela, subversiva, do Cristianismo.

IV. TRANSIÇÕES

Dante Alighieri⁹ talvez nos sirva de melhor referencial histórico para colocarmos em perspectiva o império e a nação enquanto contextos literários, permitindo-nos destacar as suas inter-relações e conflitos.

É bem sabido que o florentino integrava um movimento pioneiro de autores que começaram a produzir literatura, transmitida por escrito, num idioma vernacular. Não é preciso dizer que o latim até então preservara a sua autoridade, tanto pelo peso e tradição do cânone original (*vide* a influência dos *auctores*, permanentemente referenciados no ensino das letras), como também por desenvolvimentos modernos nas artes liberais, no direito, na teologia. Se é verdade que as obras em vernáculo já haviam despontado com os trovadores occitanos e as suas variantes, as mesmas encontraram dificuldades em afirmar-se como literatura propriamente dita. Chama a atenção o facto de serem essas obras de ocasião com papel social restrito e, o que lhe é correlato, desprovidas da seriedade necessária para rivalizar com os grandes textos da língua *clássica*. Contudo, como prefigurado pela história do *Roman de la Rose*, a literatura trovadoresca não ficou permanentemente presa ao seu papel sócio-económico: se na primeira parte, escrita por Guillaume de Loris, visualizamos apenas

THE DIMENSIONS OF THE CANON



Impérios Ocidentais e os seus “clássicos”: Du Fu (712–770); https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Du_Fu.jpg

o elegante lirismo erótico da literatura cortês, a continuação de Jean de Meun somou-lhe conotações mais complexas e alegóricas, alçando o *amour* a uma dimensão espiritual e metafísica. As composições do *Dolce Stil Nuovo*, estilo que revelou Dante, estavam solidamente assentes sobre essa transmutação da literatura de corte; o que foi decisivo para a afirmação do vernacular como linguagem da alta cultura, contudo, foi a racionalização da nova estética literária, alçada a tese retórico-filosófica, como ilustrado pela robusta defesa produzida por Dante, discriminada pelo duplo projecto da *Explication de texte Convivio* e do ensaio *De Vulgari Eloquentia*.

Como não poderia deixar de ser, a influência do cânone vernacular no Ocidente cresceu, passo a passo, com a maturação de cada uma das línguas — dependendo do caso, um longo processo que se estendeu do século XIII ao XX. Nada obstante, como já aludimos acima, mesmo com literaturas nacionais maduras, há quebras e há distorções no âmbito de cada um dos cânones particulares — nisso, o grande florentino também serve como referência seminal, e mesmo profética. Primeiro vem a sombra da literatura e do saber “franceses” sobre Dante, demonstráveis pela ascendência comprovada de Brunetto Latini, pelo estatuto superior da poesia em provençal e pela distinção das universidades de Paris e Montpellier. Não é exagero dizermos que o toscano se sabia um competidor menor das letras occitanas, havendo um testemunho directo do poeta da *Commedia* no seu tratado sobre a língua vernacular, por meio do qual defende a superioridade do novo movimento toscano, capitaneado por Guido Cavalcanti, criticando os que eram os grandes autores de França à época. Além do mais, Dante também mantinha uma dúbia relação com a grandeza passada, e perdida, de Roma, havendo indicações contraditórias de dois “nacionalismos” em Dante. Por um lado, o inevitável sentimento de pertença à cidade-estado natal, onde pudera exercer um papel público de relevo até ao seu banimento. Esta foi, ademais, uma experiência que deu fôlego à criação da sua obra-prima e, certamente, reforçou o seu desejo de poder voltar à casa, triunfalmente. Por outro lado, seja devido às convicções políticas pós-exílio, seja ao quadro político europeu, seja, finalmente, a um atavismo que hoje mesmo encontramos nos italianos, Dante também cultuava uma certa imagem da Roma eterna, que defenderia no tratado, escrito em latim, *De Monarchia*. Temos que realçar o facto de que o próprio bilinguismo da obra de Dante trai a dupla fidelidade do escritor — não há oximoro aqui — fidelidade que gerou importantes frutos, contraditórios, para a tradição italiana e ocidental. **RC**

AS DIMENSÕES DO CÂNONE

NOTAS

- 1 Este texto toma como ponto de partida o argumento central de Damrosch (2003). Algumas impressões foram retidas da parte III do texto de Apter (2006) e do interessante conceito de literatura “meta-nacional” documentado em Seyhan (2000). Sobre as estruturas tecnológicas e sociais do “Mercado Global”, fui muito influenciado pela trilogia de Castells (1999).
- 2 Refiro-me a um tipo particular de crítica do colonialismo e imperialismo ocidentais, a exemplo de Said (2003).
- 3 Este é um pano de fundo estimulante para o programa de Bloom (1994).
- 4 Cf. Fumaroli (2001).
- 5 Schleiermacher (2009, pp. 59–81)
- 6 As principais referências são o *magnum opus* da maturidade Wittfogel (1963) e o seminal de Wittvogel (1931).
- 7 As principais referências são os ensaios sobre sociologia da religião reunidos em Weber (1988b) e o longo ensaio Weber (1988a) — li a tradução inglesa Weber (2013).
- 8 É interessante testar essa afirmação à luz do relato de Reid (2014).
- 9 Petrocchi (2008). Sobre o contexto literário geral, os primeiros três capítulos de Friedrich (1964).

BIBLIOGRAFIA

- APTER, Emily - **The Translation Zone: A New Comparative Literature**. Princeton: PUP, 2006. ISBN 9780691049977
- BLOOM, Harold - **The Western Canon: The Books and School of Arts**. Nova Iorque: Harcourt Brace & Co., 1994. ISBN 9780151001330
- CASTELLS, Manuel - **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. ISBN 9788577530366
- DAMROSCH, David - **What is World Literature?**. Princeton: PUP, 2003. ISBN 9780691049861
- FRIEDRICH, Hugo - **Epochen der Italienischen Lyrik**. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1964. ISBN 978-3465001119
- FUMAROLI, Marc - **Quand l'Europe parlait Français**. Paris: Éditions du Fallois, 2001. ISBN 978-2877064262
- PETROCCHI, Giorgio - **Vita di Dante**. Roma: Laterza, 2008. ISBN 9788842043546
- REID, James S. - **The Municipalities of the Roman Empire**. Cambridge: CUP, 2014. ISBN 978-1-330-03826-0
- SAID, Edward - **Orientalism**. Londres: Penguin, 2003. ISBN 9780141187426
- SCHLEIERMACHER, Friedrich - Über die verschiedenen Methoden des Übersetzens. In Kitzbichler, Josefine; Lubitz, Katja; Mindt, Nina, eds. - **Dokumente zur Theorie der Übersetzung antiker Literatur in Deutschland seit 1800**. Berlin: De Gruyter, 2009. ISBN 9783110214901. p. 59–81.
- SEYHAN, Azade - **Writing Outside the Nation**. Princeton: PUP, 2000. ISBN 9780691050997
- WEBER, Max (1988a) - Agrarverhältnisse im Altertum. In **Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte**. Tübinga: J. C. B. Mohr, 1988. ISBN 978-3825214937
- WEBER, Max (1988b) - **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie**. 3 vols. Tübinga: J. C. B. Mohr, 1988.
- WEBER, Max - **The Agrarian Sociology of Ancient Civilizations**. Londres: Verso, 2013. ISBN 9781781681091
- WITTFOGEL, Karl A. - **Oriental Despotism: A Comparative Study of Total Power**. New Haven: Yale University Press, 1963.
- WITTFOGEL, Karl A. - **Wirtschaft und Gesellschaft Chinas**. Leipzig: Verlag von C. L. Hirschfeld, 1931.